

Alelo Instituição de Pagamento S.A.
Demonstrações Financeiras
30 de junho de 2024





Sumário

Relatório da Administração.....	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	4
Balanço Patrimonial	7
Demonstração do Resultado	8
Demonstração do Resultado Abrangente	9
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	10
Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método indireto.....	11
1. Contexto operacional.....	12
2. Base de preparação.....	12
3. Principais práticas contábeis.....	14
4. Adoção inicial das práticas contábeis do plano contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional	20
5. Caixa e equivalentes de caixa.....	21
6. Instrumentos financeiros	21
7. Valores a receber	23
8. Outros ativos.....	24
9. Outros valores e bens	24
10. Imobilizado de uso	25
11. Intangível.....	26
12. Passivos financeiros	27
13. Provisão para contingências.....	27
14. Outros Passivos	29
15. Patrimônio Líquido.....	29
16. Imposto de renda e contribuição social	30
17. Partes relacionadas	33
18. Remuneração pessoal chave da administração	33
19. Receita operacional bruta	34
20. Custos operacionais	34
21. Despesa com pessoal	34
22. Despesas administrativas.....	35
23. Despesas tributárias.....	35
24. Despesa com serviços associados a transações de pagamento	35
25. Outras receitas operacionais.....	36
26. Outras despesas operacionais.....	36
27. Gestão de riscos	36
28. Resultado não recorrente	38
29. Cobertura de seguros.....	38
30. Eventos subsequentes.....	39



Relatório da Administração

Em atendimento às disposições legais e societárias, a Administração da Alelo Instituição de Pagamento S.A. tem a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Sociedade relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2024, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório do auditor independente.

Diante de um cenário desafiador devido a maior competição no mercado de benefícios, a Alelo vem respondendo de forma resiliente com crescimento do volume movimentado, diversificação do nosso portfólio, aprimoramento da experiência e entrega de valor aos nossos clientes.

No semestre, a Alelo registrou lucro líquido de R\$ 204,2 milhões, patrimônio líquido de R\$ 751 milhões e ativos totais de R\$ 8,1 bilhões.

A Alelo continuará a perseguir em 2024 o fortalecimento de sua posição dos seus negócios centrais bem como investimentos estratégicos de diversificação, com constante foco na experiência e satisfação dos diferentes clientes. A aprovação da Alelo pelo Banco Central do Brasil como Instituição de Pagamento em março de 2024 reforça esse posicionamento.

Dessa maneira, a Alelo tem investido em proporcionar flexibilidade aos empregadores, portadores e estabelecimentos comerciais em suas soluções de benefícios, bem como inovar na cadeia de mobilidade através da solução Veloe, apoiada em novas tecnologias.

Ao encerrarmos o semestre de 30 de junho 2024, registramos os agradecimentos da Administração aos nossos colaboradores, pela dedicação e empenho, e aos nossos clientes, fornecedores, parceiros e acionistas pelo apoio e confiança que nos foram dispensados.

Barueri, 20 de agosto de 2024.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Ao

Conselho de Administração, aos Acionistas e Administradores da

Alelo Instituição de Pagamento S.A.

Barueri - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Alelo Instituição de Pagamento S.A. (“Sociedade” ou “Alelo”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Alelo Instituição de Pagamento S.A. em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de agosto de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 027685/O-0 F SP



Gustavo Mendes Bonini
Contador CRC 1SP296875/O-4



ATIVO	Nota	30/06/2024
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.564.424
Disponibilidades		23.447
Aplicações financeiras		2.540.977
Instrumentos financeiros		3.714.558
Aplicações interfinanceiras	6.1	2.874.610
Títulos valores mobiliários	6.2	171.475
Valores a receber	7	672.256
(-) Provisão para valores a receber relativos a transações de pagamento	7	(3.783)
Outros ativos	8	1.033.438
Outros valores e bens	9	73.866
Ativos fiscais		231.858
Ativos tributários correntes	16.f.1	123.967
Ativos fiscais diferidos	16.c	107.891
Imobilizado de uso	10	47.360
Intangível	11	1.028.619
Depreciações e amortizações	10/11	(530.947)
Total do ativo		8.163.176

PASSIVO	Nota	30/06/2024
Passivos financeiros		5.711.156
Contas de pagamento pré-pagas	12	2.574.769
Relações interfinanceiras	12	3.136.387
Passivos fiscais		162.834
Passivos tributários correntes	16.f.2	155.428
Obrigações fiscais diferidas	16.c	7.406
Provisão para contingências	13	92.195
Outros passivos	14	1.445.886
Patrimônio líquido		751.105
Capital social	15.1	472.414
Reservas legal	15.2	94.483
Reserva de retenção de lucros		184.208
Total do passivo e patrimônio líquido		8.163.176

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



	Nota	30/06/2024
Receita operacional bruta	19	1.377.223
Resultado de receita com estabelecimentos comerciais e adquirência		1.214.532
Receita oriunda de emissão de cartões e portadores		155.239
Comissão por intermediação de negócios		7.452
Custos operacionais	20	(486.773)
Receita operacional líquida		890.450
Resultado bruto da intermediação financeira		265.293
Resultado de aplicações interfinanceiras	6.1.2	50.875
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6.2.3	212.320
Resultado com variação cambial		2.098
Outras receitas (despesas) operacionais		(846.072)
Despesa com pessoal	21	(217.409)
Despesas administrativas	22	(280.720)
Depreciações e amortizações	10/11	(76.089)
Despesas tributárias	23	(171.734)
Despesa com serviços associados a transações de pagamento	24	(20.013)
Outras receitas operacionais	25	42.082
Outras despesas operacionais	26	(122.189)
Resultado operacional		309.671
Imposto de renda e contribuição social	16	(105.469)
Correntes	16.b	(106.958)
Diferidos	16.b	1.489
Lucro líquido do semestre		204.202
Lucro líquido do semestre por ação (em R\$)		102,10

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



30/06/2024

Lucro líquido do semestre	204.202
Outros resultados abrangentes	-
Resultado abrangente total do semestre	204.202

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Alelo Instituição de Pagamento S.A.
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Semestre findo em 30 de junho de 2024
(Em milhares de reais)



	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucro do semestre	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		472.414	94.483	293.702	-	860.599
Impacto adoção inicial plano COSIF (BACEN)	4	-	-	-	(19.994)	(19.994)
Distribuição de dividendos adicionais conforme AGO de 30/04/2024	15.4	-	-	(293.702)	-	(293.702)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	204.202	204.202
Reserva de retenção de lucros		-	-	184.208	(184.208)	-
Saldos em 30 de junho de 2024		472.414	94.483	184.208	-	751.105

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



	Nota	30/06/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do semestre		204.202
Depreciações e amortizações		76.089
Provisão para valores a receber relativos a transações de pagamento		(16.105)
Atualização programa de incentivo a vendas	25	(3.617)
Provisão para contingências		4.295
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	(1.489)
Juros sobre títulos e valores mobiliários	6.2.3	212.320
Juros sobre aplicações interfinanceiras de liquidez	6.1.2	50.875
Resultado de bens de uso baixados		4.708
Resultado líquido ajustado		531.278
(Aumento)/Redução nas variações em Ativos		
		(3.468.567)
Aplicações interfinanceiras		(2.925.485)
Títulos valores mobiliários		(51.759)
Valores a receber não vinculados a cessões		(417.098)
Outros ativos		(234.543)
Outros valores e bens		16.565
Impostos e contribuições a compensar		143.753
(Redução)/Aumento nas variações em Passivos		
		96.965
Contas de pagamento pré-pagas		(233.204)
Relações interfinanceiras		67.127
Passivos tributários correntes		(50.833)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(106.958)
Contingências		(1.297)
Outros passivos		422.130
Caixa líquido (utilizado) nas atividades operacionais		(2.840.324)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
(Adições) ao imobilizado e intangível	10/11	(82.980)
Alienações ao imobilizado e intangível	10/11	10
Títulos mantidos até o vencimento	6.2.2	(171.475)
Caixa líquido aplicado/(utilizado) pelas atividades de investimento		(254.445)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	15.4	(391.603)
Caixa líquido aplicado/(utilizado) pelas atividades de financiamento		(391.603)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		
		(3.486.372)
Caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial		6.050.796
Saldo final	5	2.564.424
Aumento/(redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(3.486.372)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Alelo Instituição de Pagamento S.A. (“Sociedade” ou “Alelo”), é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil controlada pela Elo Holding Financeira S.A. (“EloH”), que tem como acionistas controladores finais o Banco Bradesco S.A. e o Banco do Brasil S.A. O endereço do escritório da Sociedade é Alameda Xingu, nº 512 - 3º, 4º e 16º andares, edifício “Condomínio Evolution Corporate” - Barueri, São Paulo.

A Sociedade foi constituída em 17 de setembro de 2001 e iniciou suas atividades operacionais em 1º de fevereiro de 2003, tendo como objetivo a emissão, administração, gestão e prestação de serviços de meios de pagamento e cartões pré-pagos, aptos a receberem carga ou recarga de valores referentes aos benefícios de alimentação e refeição, mobilidade urbana através de meios eletrônicos, tais como: tarja magnética, *smart cards* e outros; desenvolvimento de parcerias para promoção de produtos e/ou serviços, inclusive mediante disponibilização de espaço em materiais e veículos de divulgação; e a implantação, administração e prestação de serviços de programas promocionais, mediante oferecimento e administração de programas de incentivo, fidelização e/ou bonificação de vendas, meios de pagamentos via “tag” e plataforma de pedidos.

Em 27 de março de 2024, a Alelo recebeu a autorização para atuar como instituição de pagamento nas modalidades emissor de moeda eletrônica, emissor de instrumento de pagamento pós-pago e credenciador, concedida pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), conforme publicado no Diário Oficial da União nº 60 de 27/03/2024, Seção 3, página 165. Em decorrência da obtenção dessa autorização, a Sociedade passou a adotar procedimentos aplicáveis às instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com critérios determinados pelo BACEN.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Alelo Instituição de Pagamento S.A. referente ao semestre findo em 30 de junho de 2024 foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições de pagamentos autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), conforme resolução BCB nº 2/20, diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Para contabilização das operações, foram utilizadas as normas do Banco Central do Brasil (“BACEN”), do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), quando aplicável, e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“COSIF”).

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, os seguintes normativos emitidos pelo CPC e aprovados pelo BACEN foram considerados para a elaboração dessas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas:

- CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro
- CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos
- CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa

- CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas
- CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações
- CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
- CPC 24 - Evento Subsequente
- CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
- CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados
- CPC 41 - Resultado por ação
- CPC 46 - Mensuração do Valor Justo
- CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente

As demonstrações financeiras não estão sendo apresentadas em bases comparativas, utilizando a faculdade do artigo 42º parágrafo 5º da Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, emitida pelo BACEN, que permite que essa prática seja adotada no ano de autorização para funcionamento da Instituição de Pagamento pelo Banco Central do Brasil.

Com base na Resolução BCB nº 2/20 a apresentação dos ativos e passivos é realizada exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade. A abertura de segregação de curto e longo prazo está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 20 de agosto de 2024.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas e são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração dessas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes registrados de certos ativos e passivos (financeiro ou não), receitas, despesas e outras transações. A liquidação das transações envolvendo esses ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

- Valor justo dos instrumentos financeiros: é determinado com base em modelos matemáticos e em dados observáveis divulgados por fontes de mercado externas (e/ou não observáveis determinados com base nas melhores expectativas determinadas pela Administração da Sociedade). Vide nota explicativa nº 6;
- Cálculo da provisão para valores a receber relativos a transações de pagamento: a metodologia de apuração da provisão consiste na atribuição de percentuais de provisões, conforme faixas de atrasos das operações. Vide nota explicativa nº 7;
- Reconhecimento e realização de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados. Vide nota explicativa nº 16;
- Reconhecimento e mensuração de provisão para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. Vide nota explicativa nº 13.

Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas anualmente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas.

2.4. Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

Resolução BCB nº 178/22 – Dispõe sobre critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamentos contratadas, na condição de arrendatária, pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento. Essa resolução é uma das medidas de convergência do BACEN aos padrões internacionais de contabilidade. Será aplicada de forma prospectiva tendo a sua vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, sem expectativa de impactos relevantes na data da adoção.

Resoluções BCB nº 92/21, nº 255/22, nº 320/23 – Dispõe sobre a utilização do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (COSIF) pelas administradoras de consórcio e instituições de pagamento e sobre a estrutura do elenco de contas do COSIF a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, tendo a sua vigência a partir de 1º de janeiro de 2025.

Resolução BCB nº 352/23 – Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de *hedge*, sobre os procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros, a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Esta resolução substitui entre outras normas a Resolução CMN nº 2.682/99, a Circular BACEN nº 3.068/01 e a Circular BACEN nº 3.833/17, além de revogar a Resolução BCB nº 219/22 e a Resolução BCB nº 309/23.

A Alelo está avaliando os impactos das novas regras para atender a toda exigência regulatória de forma prospectiva tendo em vista a recente aprovação pelo Banco Central do Brasil em 27 de março de 2024.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas de forma consistente e uniforme são:

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de disponibilidades em moeda nacional e em moeda estrangeira, aplicações financeiras que apresentam liquidez diária e vencimentos de até 90 dias da data da aplicação inicial e, sem prejuízo dos rendimentos acumulados até a data do resgate se feitos de forma antecipada, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor. Esses recursos são utilizados pela Alelo para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, e não para investimento próprio, vinculado a saldo de conta pré-paga ou outros fins.

3.2. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo seu valor de mercado.

3.3. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/2001 e levam em consideração a intenção da Administração em três categorias específicas:

- Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
- Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular nº 3.068, de 08/11/2001, do BACEN, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados no balanço patrimonial, no ativo circulante, independentemente de suas datas de vencimento.

3.4. Valores a receber

São representados por contratos a receber de clientes, referente a transações de pagamentos pós-pagos.

As perdas são apuradas por contrato, com base na faixa de atraso.

3.5. Hierarquia do valor justo

O Pronunciamento Técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo aprovado pela Resolução BCB nº 120/21 define que o valor justo deve ser determinado considerando as seguintes hierarquias:

Nível I: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;

Nível II: Exceto preços cotados incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

Nível III: Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*imputs* não observáveis). Envolve o emprego de métodos quantitativos, amplamente aceitos, que utilizam referenciais de mercado e dados não observáveis no mercado na produção de suas estimativas.

3.6. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Sociedade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente no dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Instalações	10 anos
Móveis equipamentos de uso	10 anos
Sistema de comunicação	5 anos
Sistema de processamento de dados	5 anos
Benfeitoria em imóveis de terceiros	5 anos

3.7. Intangível

Representado por bens incorpóreos, separáveis ou resultantes de direitos contratuais ou de outros direitos legais.

Os ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

Os métodos de amortização e as vidas úteis dos ativos são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Projetos – Desenvolvidos internos	5 anos
<i>Software</i> e licenças	5 anos

3.8. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

Anualmente, e se houver evidência de perda, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos tiveram alguma perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda e o valor em uso. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor do que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.9. Ágio (*goodwill*)

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

A Sociedade mensura o ágio na data de aquisição como:

- O valor da contraprestação transferida;
- O montante reconhecido de qualquer participação não-controladora na adquirida, mas se a aquisição foi realizada em estágios, o valor justo de qualquer participação detida anteriormente à aquisição, menos o montante líquido (geralmente a valor justo) dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos;
- Quando o valor gera um montante negativo, o ganho com a compra vantajosa é reconhecido diretamente no resultado do exercício.

Os custos de transação, que a Sociedade incorre em conexão com a combinação de negócios, são registrados no resultado conforme incorridos.

3.10. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil no exercício, para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

i. Impostos correntes

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

ii. Impostos diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto, onde seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas num futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

3.11. Contas de pagamento pré-pagas

Corresponde aos saldos em moeda eletrônica mantidos em contas de pagamento pré-pagas, inclusive os saldos em trânsito entre contas de pagamento da mesma instituição, tais valores são demonstrados pelos valores das exigibilidades e considerando os rendimentos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*, podendo ser resgatados a qualquer momento pelo usuário.

3.12. Relações interfinanceiras

No passivo, os valores correspondem a obrigações agendadas e em trânsito com estabelecimentos comerciais, adicionalmente temos o registro de obrigações futuras com clientes, cujo crédito não foi recebido e não disponibilizado.

3.13. Provisões para contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos passivos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução BCB nº 9/20.

- **Ativos contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- **Passivos contingentes:** são classificados como passivos contingentes prováveis, quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade de uma saída de recurso e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgadas apenas em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

3.14. Outros ativos e passivos

Os ativos são reconhecidos no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu valor puder ser mensurado com segurança.

Os passivos são reconhecidos no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.15. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização dos serviços no curso normal das atividades da Sociedade.

A partir de 1º de janeiro de 2022 entrou em vigor a Resolução BCB nº 120/21 que estabelece os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Dentre as disposições normativas, essa norma recepcionou o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, norma que especifica como e quando serão reconhecidas as receitas de contratos, assim como requer que as sociedades forneçam dados mais relevantes aos usuários das informações contábeis. Os princípios gerais apresentados não divergem das práticas contábeis aplicadas pela Sociedade.

Todas as receitas da Sociedade, observam o modelo de 5 etapas para o reconhecimento, conforme descrito a seguir:

- Identificar o contrato com o cliente;
- Identificar as obrigações de desempenho no contrato;
- Determinar o preço das transações;
- Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho; e
- Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho.

Sendo assim, a receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente, e a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens e serviços.

As receitas da Sociedade são compostas substancialmente pelos seus produtos de vale alimentação, vale refeição e vale transporte.

✓ **Receita adquirente**

Referem-se às tarifas e taxas cobradas dos estabelecimentos comerciais pela utilização dos cartões Alelo, tais como comissão, anuidade e tarifas. Estas, são cobradas e reconhecidas nas liquidações das operações aos estabelecimentos comerciais.

✓ **Receita emissor**

Referem-se substancialmente a tarifas cobradas no processo de emissão de cartões e/ou na disponibilização dos benefícios. São cobradas na fatura dos clientes e o reconhecimento é realizado por competência.

✓ **Receita de comissão de vendas**

Referem-se substancialmente aos serviços de intermediação prestados pela Alelo e cobrados dos seus parceiros pela captação/indicação de clientes, e o reconhecimento é realizado por competência.

3.16. Resultado não recorrente

Conforme disposto na Resolução BCB nº 2/20, de 12 de agosto de 2020, considera-se resultado não recorrente o resultado que: (i) não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Sociedade; e (ii) não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

3.17. Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4. Adoção inicial das práticas contábeis do plano contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional

Em 27 de março de 2024, a Alelo obteve a autorização do BACEN para atuar como instituição de pagamento nas modalidades emissor de moeda eletrônica, emissor de instrumento de pagamento pós-pago e credenciador, passando a observar regras comuns aplicáveis às instituições de pagamento, incluindo a elaboração e divulgação de demonstrações financeiras de acordo com os critérios e regras contábeis definidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Até então, a Alelo adotava os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Técnicos (“CPC”) em consonância com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”).

Dentre as principais diferenças entre as normas IFRS e os pronunciamentos do CPC em relação ao novo regramento contábil do Banco Central que passou a ser adotado, destaca-se o tratamento do ágio e das operações de arrendamento. De forma diversa ao tratamento adotado pelas IFRS / CPC, no âmbito do BACEN GAAP: (i) o ágio contabilizado com fundamento na expectativa de resultados futuros (“goodwill”) deve ser amortizado conforme os prazos de projeções que o justificaram, devendo ainda ser submetido à avaliação anual de recuperabilidade (“teste de impairment”) e (ii) os efeitos da adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 – arrendamentos (aprovado pelo BACEN, porém com vigência a partir de 01 de janeiro de 2025), que determina o reconhecimento de ativos de direito de uso dos bens arrendados/locados e dos valores a pagar de contratos e seus respectivos impactos em resultado do período (depreciação e despesa financeira), foram revertidos e os aluguéis registrados como despesa.

De acordo com o Art. 10 da Circular BACEN nº 3.833/17, os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação inicial dos procedimentos e regras de transição aplicáveis às instituições de pagamento devem ser registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados, no patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Segue abaixo apresentação dos efeitos da adoção inicial do BACEN GAAP no patrimônio líquido em relação às práticas contábeis do IFRS/ CPC:

	<u>Patrimônio líquido</u>
Saldo em 30/06/2024 - IFRS / CPC	
<u>Ajustes de diferenças de critérios contábeis:</u>	
Amortização do ágio (i)	34.990
Amortização marca (i)	(2.933)
Contratos de aluguel - IFRS 16 / CPC 06 (R2) (ii)	(599)
Perda esperada (iii)	651
Impostos (iv)	(12.115)
Subtotal	<u>19.994</u>

- i. Refere-se ao montante residual da amortização do ágio e marca. Em IFRS / CPC, o referido ágio e a marca não são amortizados e serão submetidos ao teste de *impairment* anualmente.
- ii. Refere-se ao efeito da reversão do reconhecimento de ativos de direito de uso dos bens arrendados/locados e dos valores a pagar de contratos e seus respectivos impactos em resultado do período (depreciação e despesa financeira), conforme IFRS 16 / CPC 06 (R2), e ao registro dos aluguéis como despesa.
- iii. Refere-se a baixa da perda esperada (CPC), para reconhecimento da perda incorrida (Resolução 2.682).
- iv. Refere-se aos impostos apurados no reconhecimento da adoção inicial referente a amortização do ágio e contratos de aluguel – IFRS 16 / CPC 06 (R2).

5. Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2024
Disponibilidades	
Em moeda nacional	2.465
Em moeda estrangeira (a)	20.982
Aplicações financeiras com liquidez imediata	
Instrumentos financeiros (nota 6.2.1)	2.540.977
Total	2.564.424

(a) Os valores em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio de referência “PTAX” de venda do último dia do mês divulgada pelo Banco Central do Brasil.

6. Instrumentos financeiros

6.1. Aplicações interfinanceiras

Em 30 de junho de 2024 a Alelo possuía carteira correspondente a aplicações interfinanceiras, correspondentes aos saldos de moedas eletrônicas mantidas em contas de pagamento, indexadas ao DI, negociadas pelo Banco Bradesco S.A.

	30/06/2024
Compromissadas <i>over</i> (a)	2.874.610
Total	2.874.610

(a) Compromissadas *over* lastreadas em títulos públicos federais conforme BCB nº 80/21, do Banco Central do Brasil, com vencimento máximo em 540 dias.

6.1.1. Classificação por categoria e vencimento

	30/06/2024			
	Nível	Acima de 360 dias	Contábil	Valor de mercado
Negociação				
Compromissadas over	Nível 2	2.874.610	2.874.610	2.874.610
Total		2.874.610	2.874.610	2.874.610

6.1.2. Resultado de aplicações interfinanceiras

	30/06/2024
Rendas de aplicações interfinanceiras	50.875
Total	50.875

6.2. Títulos e valores mobiliários

Em 30 de junho de 2024 a composição de títulos e valores mobiliários, é conforme segue:

	30/06/2024
Demais instrumentos financeiros (nota 6.2.2)	171.475
Total	171.475

6.2.1. Instrumentos financeiros equivalentes de caixa

A classificação por categoria e vencimento dos instrumentos financeiros equivalentes de caixa em 30 de junho de 2024, são compostos por:

	30/06/2024				
	Nível	Sem vencimento	Até 360 dias	Contábil	Valor de mercado
Negociação					
Cotas de fundos de investimento Renda Fixa	Nível 2	2.287.952	-	2.287.952	2.287.952
Certificados de depósitos bancários – CDB	Nível 2	-	253.025	253.025	253.025
Total		2.287.952	253.025	2.540.977	2.540.977

6.2.2. Demais instrumentos financeiros

A classificação por categoria e vencimento dos demais instrumentos financeiros em 30 de junho de 2024, são compostos por:

	30/06/2024		
	Nível	Até 360 dias	Contábil
Mantido até o vencimento			
Letras financeiras – LF	Nível 2	171.475	171.475
Total		171.475	171.475

6.2.3. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	30/06/2024
Rendas com títulos e valores mobiliários	212.320
Total	212.320

7. Valores a receber

	30/06/2024
Contas a receber clientes (a)	672.256
(-) Provisão para valores a receber relativos a transações de pagamento	(3.783)
Total	668.473
Circulante	668.459
Não circulante	14

(a) Refere-se substancialmente de valores a receber relativos a conta de pagamentos.

7.1. Segregação por prazo de atraso

Prazo	30/06/2024	
	Contas a receber	%
1 a 30 dias	667.346	99,27%
31 a 60 dias	635	0,09%
61 a 90 dias	1.215	0,18%
91 a 180 dias	1.915	0,28%
181 a 360 dias	1.131	0,17%
Acima de 360 dias	14	0,01%
Total	672.256	100,00%

7.2. Movimentação da provisão para valores a receber relativos a transações de pagamento

	30/06/2024
Saldo inicial	(19.888)
Adições	(7.621)
Reversão	1.625
Baixas (a)	22.101
Saldo final	(3.783)

(a) Refere-se a baixa de títulos vencidos a mais de 360 (trezentos e sessenta) dias.

8. Outros ativos

	30/06/2024
Devedores diversos (a)	776.890
Adiantamento a fornecedores	75.406
Devedores por depósitos em garantia	68.757
Valores a receber sociedades ligadas (nota 17)	60.127
Títulos e créditos a receber	39.054
Adiantamento e antecipações salariais	13.204
Total	1.033.438
Circulante	964.714
Não circulante	68.724

(a) Refere-se substancialmente, a valores a receber de contratos pré-pagos, que serão liquidados em datas próximas.

9. Outros valores e bens

	30/06/2024
Despesa antecipada	67.740
Material em estoque (a)	6.126
Total	73.866
Circulante	73.866
Não circulante	-

(a) Refere-se a estoque de vale transporte.

10. Imobilizado de uso

	30/06/2024			01/01/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Instalações	6.384	(3.539)	2.845	2.900
Móveis e equipamentos de uso	3.936	(2.080)	1.856	2.036
Sistemas de processamento de dados	16.355	(13.238)	3.117	4.319
Sistemas de comunicação	8.447	(6.381)	2.066	2.512
Outras imobilizações (a)	3.575	(2.214)	1.361	997
Direitos de uso sobre bens (aluguéis e outros)	-	-	-	4.232
Direitos de uso sobre bens (maquinários)	8.663	(8.663)	-	1.820
Total	47.360	(36.115)	11.245	18.816

A movimentação do ativo imobilizado está demonstrada abaixo:

	Taxa anual de depreciação	Saldo inicial em 01/01/2024	Aquisições	Baixas	Depreciação	Baixa depreciação	Saldo final em 30/06/2024
Instalações	10%	2.900	260	-	(315)	-	2.845
Móveis e equipamentos de uso	10%	2.036	-	-	(180)	-	1.856
Sistemas de processamento de dados	20%	4.319	59	(10)	(1.254)	3	3.117
Sistemas de comunicação	20%	2.512	87	-	(533)	-	2.066
Outras imobilizações (a)	20%	997	534	-	(170)	-	1.361
Direitos de uso sobre bens (aluguéis e outros) (b)	16,67%	4.232	-	(8.139)	(776)	4.683	-
Direitos de uso sobre bens (maquinários) (b)	33,33%	1.820	-	(5.368)	(565)	4.113	-
Total		18.816	940	(13.517)	(3.793)	8.799	11.245

(a) Refere-se a benfeitorias em bens de terceiros.

(b) As baixas referem-se exclusivamente aos contratos de locação de imóveis e máquinas, em virtude da adoção inicial das regras adotadas pelo Banco Central do Brasil.



11. Intangível

	30/06/2024			01/01/2024
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Software e licenças	97.096	(78.246)	18.850	23.861
Marcas e patentes	2.002	(683)	1.319	2.002
Projetos corporativos (a)	912.882	(402.158)	510.724	495.376
Carteira de clientes	4.565	(4.185)	380	506
Ágio – rentabilidade futura (b)	12.074	(9.560)	2.514	34.356
Total	1.028.619	(494.832)	533.787	556.101

A movimentação do ativo intangível está demonstrada abaixo:

	Taxa anual de amortização	Saldo inicial em 01/01/2024	Aquisições	Baixas (b)	Amortização	Impacto amortização adoção BACEN (c)	Saldo final em 30/06/2024
Software e licenças	20%	23.861	211	-	(5.222)	-	18.850
Marcas e patentes	-	2.002	-	-	(49)	(634)	1.319
Projetos corporativos (a)	20%	495.376	81.828	-	(66.480)	-	510.724
Carteira de clientes	20%	506	-	-	(126)	-	380
Ágio – rentabilidade futura (b)	-	34.356	-	(25.976)	(419)	(5.447)	2.514
Total		556.101	82.039	(25.976)	(72.296)	(6.081)	533.787

- (a) Desenvolvimentos de novos produtos, contabilizados em concordância com a legislação em vigor, e substancialmente referem-se aos projetos desenvolvidos internamente. Para o semestre findo em 30 de junho de 2024 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram realizados testes de *impairment* e não houve perda no valor recuperável do intangível.
- (b) Com a autorização em 27/03/2024, a Alelo passou a ser uma Instituição de Pagamento regulamentada pelo BACEN, sendo assim o saldo de R\$ 25.976 milhões referente ao ágio com a empresa Smart Benefícios foi baixado.
- (c) Refere-se a 39 cotas de amortização do período de amortização de jan/21 a mar/24 da Marca Pede Pronto e do Ágio Pede Pronto.

12. Passivos financeiros

	<u>30/06/2024</u>
Contas de pagamento pré-pagas	2.574.769
Relações interfinanceiras (a)	3.136.387
Total	5.711.156
Circulante	5.711.156
Não circulante	-

(a) Correspondem a obrigações agendadas e em trânsito com estabelecimentos comerciais.

13. Provisão para contingências

A Sociedade é parte em processos judiciais, oriundos do curso normal de suas operações. Esses processos envolvem assuntos de natureza trabalhista, tributária e cível. Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a Administração mensurou e reconheceu provisões para as contingências em montante estimado do valor da obrigação e que refletem a saída de recursos esperada.

A natureza dos principais passivos contingentes são:

Processos trabalhistas

Referem-se substancialmente a ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter o pagamento de horas extras, comissões e reflexos, indenizações e demais pedidos passíveis de serem discutidos no Poder Judiciário sob a ótica da Consolidação das Leis do Trabalho. A provisão desses casos é feita individualmente, sempre que a perda for avaliada como provável, de acordo com a liquidação dos pedidos elencados pelo ex-empregado no processo e alterada de acordo com o andamento do processo.

Processos cíveis

Referem-se substancialmente a ações ajuizadas, visando obter a indenização por danos materiais. A provisão desses processos é feita individualmente, considerando a análise de assessores jurídicos externos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento dos tribunais.

Processos tributários

A Sociedade é parte em ações que discutem a legalidade, constitucionalidade e recolhimento de alguns tributos e contribuições por meio de medidas judiciais ou administrativas, tais como: Pedido de Compensação; Auto de Infração; Ações Ativas para Garantir redução ou não incidência de tributo; Execuções Fiscais, as quais são classificadas e provisionadas de acordo com a “Norma Corporativa de Provisões Cíveis, Trabalhistas e Tributárias”, realizadas por cada escritório de advocacia atuante no processo, baseadas no risco individualizado.

A composição das provisões referentes a estes processos, segue demonstrada no quadro abaixo:

	<u>30/06/2024</u>
Fiscais	85.477
Trabalhistas	4.771
Cíveis	1.947
Total	92.195
Circulante	7.060
Não circulante	85.135

A movimentação da provisão para o semestre findo em 30 de junho de 2024 está representada no quadro abaixo:

	<u>Fiscais</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
No final do exercício de 2023	84.268	3.474	1.455	89.197
Adição	16	1.584	1.004	2.604
Atualizações monetárias	5.525	58	47	5.630
Atualizações processuais	-	-	1.211	1.211
Reversões	(4.332)	(340)	(478)	(5.150)
Baixa para pagamento	-	(5)	(1.292)	(1.297)
Em 30 de junho de 2024	85.477	4.771	1.947	92.195

Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Sociedade mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Sociedade figura como “autora” ou “ré” e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classificando as ações de acordo com a expectativa de perda.

Anualmente, são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos.

Neste contexto, temos os seguintes montantes avaliados como risco de perda possível, sendo os mesmos não reconhecidos contabilmente:

	<u>30/06/2024</u>
Fiscais (a)	433.893
Trabalhistas	5.695
Cíveis	3.219
Total	442.807

- (a) A Sociedade possui processos administrativos originados da lavratura de Autos de Infração relacionados a Amortização de Ágio, estimados com risco possível no valor de R\$ 405.393.

14. Outros Passivos

	<u>30/06/2024</u>
Credores diversos (a)	625.311
Valores a pagar a sociedades ligadas (nota 17)	585.433
Fornecedores	59.496
Despesas com pessoal	42.621
Obrigações por transações de pagamento	32.210
Gratificações e participações a pagar	26.892
Valores a devolver a clientes	4.423
Obrigações por serviços de instituidores de arranjo	1.364
Outras despesas administrativas	68.136
Total	<u>1.445.886</u>
Circulante	1.435.002
Não circulante	10.884

(a) Refere-se substancialmente a adiantamento de clientes.

15. Patrimônio Líquido

15.1. Capital Social

O capital social totalmente subscrito e integralizado no montante de R\$ 472.414 em 30 de junho de 2024, representado por 2.000.000 (dois milhões) de ações, sendo 1.000.000 (um milhão) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, e 1.000.000 (um milhão) de ações preferenciais nominativas, sem valor nominal.

As ações são indivisíveis em relação à Sociedade. Cada ação ordinária nominativa confere o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. A ação preferencial nominativa, independente da classe, não terá direito a voto nas Assembleias Gerais, mas, em contrapartida, garantirá a sua titular prioridade no reembolso do capital, com ou sem prêmio.

A composição acionária da Sociedade em 30 de junho de 2024 é a seguinte:

Acionista	<u>30/06/2024</u>	
	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Participação %</u>
Elo Holding Financeira S.A.	2.000.000	100%
Total	<u>2.000.000</u>	<u>100%</u>

15.2. Reserva legal

Representa os montantes constituídos à razão de 5% do lucro líquido apurado no encerramento de cada exercício, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

A Sociedade poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no período em que o saldo desta reserva, acrescido de o montante das reservas de capital exceder a 30% do capital social.

Em 30 de junho de 2024 não houve constituição da reserva legal, pois a reserva encontra-se no limite de 20% do capital social, totalizando o montante de R\$ 94.483.

15.3. Reserva de retenção de lucros

A Administração da Sociedade propôs a constituição de reserva de retenção de lucros de R\$ 293.702, referente ao lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, para fazer frente ao Orçamento de Capital da Sociedade, a ser aprovado pelos acionistas após a emissão das demonstrações financeiras.

Em 30 de abril de 2024 foi realizado o pagamento de dividendos adicionais, consumindo o saldo total da reserva de retenção de lucros do ano de 2023.

Em 30 de junho de 2024 a Sociedade propôs a constituição de reserva de retenção de lucros de R\$ 184.208, referente ao lucro líquido do semestre findo em 30 de junho de 2024.

15.4. Dividendos

Aos acionistas é garantido o direito a dividendo anual de, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, conforme previsto no estatuto da Sociedade.

Em 30 de abril de 2024, a Assembleia Geral Ordinária aprovou o pagamento de dividendos no montante R\$ 391.603, sendo: (i) R\$ 97.901 referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023; e (ii) R\$ 293.702 de dividendos adicionais referente ao exercício findo em 31 de dezembro 2023.

Em 30 de junho de 2024 a Sociedade não realizou a distribuição de dividendos.

16. Imposto de renda e contribuição social

(a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

Descrição	30/06/2024
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e deduzido das participações no resultado	309.671
Alíquota vigente	34%
Despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	105.288
<u>Efeito no cálculo dos tributos:</u>	
Contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	2.482
Provisão para valores a receber relativos a transações de pagamento	(4.637)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.489)
Participação nos lucros – funcionários	(9.583)
Provisão para despesas administrativas	14.165
Incentivos fiscais	(916)
IRPJ e CSLL - reversões de anos anteriores	159
Imposto de renda e contribuição social	105.469
Sendo:	
Impostos correntes	106.958
Impostos diferidos	(1.489)
Despesa contabilizada	105.469

(b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	30/06/2024
Impostos correntes:	
Imposto de renda e contribuição social devidos	106.958
Impostos diferidos:	
Constituição/realização nos semestres sobre adições temporárias	(1.489)
Imposto de renda e contribuição social do semestre	105.469

(c) Origem dos créditos tributários do imposto de renda e contribuição social diferidos

Descrição dos créditos diferidos	Saldo em 31/12/2023	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2024
Provisão para contingências tributárias	27.072	1.874	-	28.946
Provisão para contingências trabalhistas	1.181	441	-	1.622
Provisão para contingências cíveis	2.074	-	(1.412)	662
Provisão Fee - Visa / Elo	454	10	-	464
Provisão para participação nos lucros	19.678	-	(9.400)	10.278
Provisão administrativa	23.164	-	(777)	22.387
Provisão para valores a receber relativos a transações de pagamento	6.762	-	(5.476)	1.286
Provisão de receitas/descontos concedidos	25.897	16.191	-	42.088
Outros valores	11.938	-	(11.780)	158
Total dos créditos tributários	118.220	18.516	(28.845)	107.891
Prejuízo fiscal / base negativa	-	-	-	-
Total dos créditos tributários	118.220	18.516	(28.845)	107.891
Ágio	(10.088)	-	10.088	-
Arrendamento mercantil	(13.987)	-	13.987	-
Atualização depósito judicial	(6.628)	(778)	-	(7.406)
Total dos passivos diferidos	(30.703)	(778)	24.075	(7.406)
Total líquido dos impostos diferidos	87.517	17.738	(4.770)	100.485

(d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal

	Diferenças temporárias		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Até 1 ano	51.089	19.264	70.353
Até 2 anos	17.367	6.252	23.619
Até 3 anos	213	77	290
Até 4 anos	213	77	290
Até 5 anos	4.362	1.571	5.933
Total	73.244	27.241	100.485

A constituição do crédito tributário está suportada por estudo técnico e o valor presente em 30 de junho de 2024, calculado considerando a taxa Selic 10,50%, líquido dos efeitos tributários, corresponde a R\$ 82.904.

Todos os créditos tributários da Alelo foram devidamente ativados.

(e) Obrigações fiscais diferidas

A Alelo possui obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 7.406 relativas à atualização de depósito judicial.

(f) Ativos / Passivos correntes

1. Ativos tributários correntes

	<u>30/06/2024</u>
Impostos de renda a recuperar	60.867
Impostos e contribuições a compensar	40.910
Contribuição social a recuperar	22.190
Total	123.967

2. Passivos tributários correntes

	<u>30/06/2024</u>
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	106.322
Impostos e contribuições a recolher	30.720
Impostos e contribuições sobre salários	17.805
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	581
Total	155.428

17. Partes relacionadas

No curso habitual das atividades, são mantidas pela Sociedade operações com partes relacionadas, tais como saldos em conta corrente, aplicações financeiras, contas a receber e contas a pagar, dos bancos emissores controladores indiretos (Banco Bradesco S.A., Banco do Brasil S.A., Banco Bradescard, BB Elo Cartões Participações S.A., e Elo Participações Ltda), acionista direto (Elo Holding Financeira S.A.) bem como empresas que das quais os controladores e acionistas detêm participação acionária, tais como: Livelos S.A., Cielo S.A. – Instituição de Pagamento, Elo Serviços S.A. e Banco Digio S.A.

	30/06/2024	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Caixa e equivalentes de caixa	23.312	(5.437)
Banco Bradesco S.A.	21.361	(3.911)
Banco do Brasil S.A.	1.951	(1.526)
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.874.610	5.585
Banco Bradesco S.A.	2.874.610	5.585
Instrumentos financeiros	2.540.964	202.719
Banco Bradesco S.A.	2.466.183	161.503
Banco do Brasil S.A.	74.781	41.216
Outros ativos (nota 8)	60.127	100.022
Banco Bradesco S.A.	4.913	-
Cielo S.A. – Instituição de Pagamento	38.342	-
Banco Digio S.A.	16.872	100.022
Relações interfinanceiras	(37)	-
Banco do Brasil S.A.	(36)	-
Banco Bradesco S.A.	(1)	-
Outros passivos (nota 14)	(585.433)	(249.566)
Banco Bradesco S.A.	(86.231)	(171.666)
Banco do Brasil S.A.	(86.009)	(56.978)
Cielo S.A. – Instituição de Pagamento	(47.546)	(16.611)
Banco Digio S.A.	(356.922)	-
Elo Participações Ltda.	(8.654)	-
Elo Serviços S.A.	(71)	(4.311)

18. Remuneração pessoal chave da administração

A remuneração dos Administradores inclui salários, benefícios de curto prazo e bônus de longo prazo:

	30/06/2024
Salários e benefícios de curto prazo	10.170
Bônus de longo prazo	10.714
Total	20.884

19. Receita operacional bruta

	<u>30/06/2024</u>
Receita com aquisição	1.107.968
Receita com comissionamento	114.015
Receita com mensalidade	58.907
Rendas de outros serviços	48.149
Outros serviços relacionados a transações de pagamento	38.874
Outros serviços diferenciados – PF	3.288
Credenciamento	1.760
Confecção de cadastro	1.531
Outras tarifas	2.731
Total	<u>1.377.223</u>

20. Custos operacionais

	<u>30/06/2024</u>
Custo com incentivos	(284.466)
Captura e processamento	(88.317)
Manutenção e sustentação	(52.565)
Central de atendimento	(46.097)
Entrega e distribuição	(12.819)
Central de implantações clientes	(8.928)
Emissão e personalização	(4.514)
Outros	(17.624)
Créditos tributários	28.557
Total	<u>(486.773)</u>

21. Despesa com pessoal

	<u>30/06/2024</u>
Salários	(98.419)
Benefícios	(43.401)
Encargos sociais	(38.097)
Gratificações	(35.559)
Treinamentos	(1.933)
Total	<u>(217.409)</u>

22. Despesas administrativas

	<u>30/06/2024</u>
Despesa de marketing	(90.515)
Despesas com infraestrutura	(60.506)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(45.115)
Despesas compartilhadas	(42.345)
Serviços de terceiros	(15.149)
Honorários profissionais	(12.998)
Despesas com veículos, transportes e viagens	(4.535)
Despesas com telefonia	(4.102)
Despesas com material de escritório	(79)
Outras despesas administrativas	(5.376)
Total	<u>(280.720)</u>

23. Despesas tributárias

	<u>30/06/2024</u>
Contribuição ao COFINS	(118.366)
Impostos sobre serviços – ISS	(27.548)
Contribuição ao PIS/PASEP	(25.081)
Outros impostos e taxas	(739)
Total	<u>(171.734)</u>

24. Despesa com serviços associados a transações de pagamento

	<u>30/06/2024</u>
Despesas com serviços de transações de pagamentos (a)	(14.861)
Iniciação de transação de pagamento	(5.152)
Total	<u>(20.013)</u>

(a) São registradas substancialmente despesas vinculadas ao diferimento do plástico/tag.

25. Outras receitas operacionais

	<u>30/06/2024</u>
Reversão de provisões	27.475
Recuperação de perdas operacionais	9.873
Programa de incentivo a vendas	3.617
Outras rendas operacionais	1.117
Total	<u>42.082</u>

26. Outras despesas operacionais

	<u>30/06/2024</u>
Descontos concedidos	(76.838)
Perdas operacionais	(41.577)
Outras	(3.774)
Total	<u>(122.189)</u>

27. Gestão de riscos

O processo de gestão de riscos e controles está suportado por governança estruturada através dos fóruns e órgãos colegiados subordinados à Diretoria de Governança e à Presidência da Sociedade. Este modelo é corroborado por papéis e responsabilidades definidos de maneira a firmar a segregação entre as atividades de gestão de riscos e controles que são executadas na controladora indireta “EloPar” de forma a garantir a devida independência entre as áreas de negócio e de suporte das controladas.

Os principais fóruns de acompanhamento e discussão dos riscos do grupo junto à alta direção são os Comitês de Gestão de Riscos de cada uma das controladas, e os Comitês de Riscos com os sócios controladores. São apresentados mensalmente nos Comitês os acompanhamentos dos resultados, comportamentos e riscos das diversas áreas e produtos da Sociedade. Este é o grupo que tem como responsabilidade garantir o cumprimento das Políticas de Gestão de Riscos, assegurando a efetividade do processo de seu gerenciamento.

A Área conta com pessoas qualificadas para mensurar os diferentes tipos de riscos, a fim de que sejam devidamente identificados, medidos, avaliados, monitorados, reportados, mitigados e controlados, com o objetivo de mantê-los dentro dos padrões aceitáveis para o grupo e de acordo com as regulamentações vigentes. Além das boas práticas de mercado, a Sociedade dispõe de estrutura para o gerenciamento do risco operacional, risco reputacional, risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e gestão de capital, que trabalha de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, a fim de desenvolver e implementar eficientes métodos de mensuração e mitigação, com o uso de sistemas, metodologias e processos.

Risco de crédito

A atividade de gerenciamento de risco de crédito é executada por uma área específica e está sob a responsabilidade da Diretoria de Governança, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna.

A Diretoria de Governança tem como diretrizes identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos de crédito de contraparte proveniente de suas operações comerciais e garantir que todos os riscos possíveis de serem considerados são conhecidos e foram mitigados da melhor forma, e são aceitáveis para a Sociedade. Tudo com o objetivo de salvaguardar perdas no futuro, e por consequência seu capital, fazendo com que ele seja utilizado de forma segura e rentável.

A Sociedade dispõe de metodologias de mensuração e controle para monitorar o risco de crédito com o intuito de proteger-se de um eventual risco de inadimplência das contrapartes.

Risco de mercado e liquidez

A atividade de gerenciamento de risco de mercado e liquidez é executada por uma área específica e está sob a responsabilidade da Diretoria de Governança, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna.

A Sociedade está exposta a risco cambial e de taxa de juros da carteira de não negociação em decorrência de suas atividades financeiras e comerciais normais.

O monitoramento da exposição ao risco de mercado é realizado através do cálculo do EVE (*Economic Value of Equity*), adaptado ao modelo de negócio da Sociedade, onde são apurados os impactos das variações das taxas de juros nos fluxos de caixa futuros dos ativos financeiros da Sociedade.

A Sociedade considera como cenário base um choque de 300bps (bases *points*) no horizonte de 30 dias para o risco de taxa de juros da carteira de não negociação.

A tabela a seguir mostra o potencial impacto no patrimônio líquido decorrente do choque aplicado:

	30/06/2024
Exposição ao risco de mercado	5.586.890
Choque 300bps R\$/MM	3.475
Choque 300bps % PL	0,5%

A Sociedade está exposta ao risco de liquidez de mercado e ao risco de liquidez de fluxo de caixa, decorrente das suas operações financeiras diárias.

A Sociedade possui plano de contingência de liquidez (PCL), aprovado pelo Conselho de Administração, que contém as principais diretrizes sobre alçadas, ações e governança a serem seguidas para o caso de necessidade decorrente de um potencial cenário de insuficiência de liquidez identificada.

O monitoramento do risco de liquidez é realizado em processos diários de análises dos fluxos de caixa, através de modelo de LCR (*Liquidity Coverage Ratio*), adaptado ao modelo de negócio da Sociedade, onde são apurados os impactos das variações nos fluxos de caixa realizadas e projetados.

A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa a pagar, de acordo com os passivos financeiros não derivativos. Os valores divulgados nesta tabela representam os fluxos de caixa contratuais não descontados.

Passivos financeiros não derivativos	Acima de 365		
	Total	Até 365 dias	dias
Contas de pagamento pré-pagas	2.574.769	2.574.769	-
Relações interfinanceiras	3.136.387	3.136.387	-
Passivos tributários correntes	155.428	155.428	-

Obrigações fiscais diferidas	7.406	-	7.406
Provisão para contingências	92.195	7.060	85.135
Outros passivos	1.445.886	1.435.002	10.884
Total	7.412.071	7.308.646	103.425

Dado o modelo de negócio da Sociedade em administrar recursos de clientes disponíveis para utilização por meio de seus instrumentos de pagamento, e formação de agenda para liquidação em aproximadamente 20 (vinte) dias para os estabelecimentos, todos os valores são considerados disponíveis para uso, ou seja, com vencimento até 1 (um) mês para fins de análise e monitoramento do risco de liquidez da Sociedade.

A Sociedade dispõe de metodologias de mensuração e controle para monitorar os riscos de mercado e liquidez com o intuito de proteger-se de eventuais perdas que comprometam a saúde financeira da Sociedade, bem como o cumprimento de suas obrigações.

Risco operacional

As atividades de gerenciamento de risco operacional são executadas por uma área específica e está sob a responsabilidade da Diretoria de Governança, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna.

A Área tem a missão de estabelecer diretrizes, implantar metodologia e ferramentas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos operacionais da Sociedade. A existência da Área está alinhada com as melhores práticas de mercado e políticas internas da “EloPar”, controladora da Sociedade.

Gestão de capital e risco reputacional

A atividade de gerenciamento de capital e risco reputacional é executada por uma área específica e está sob a responsabilidade da Diretoria de Governança, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna.

A estrutura de gerenciamento de capital e reputacional, mantém processo de monitoramento e controle, garantindo que o capital da Alelo esteja compatível com a natureza das operações, complexidade dos produtos e com a dimensão de sua exposição a riscos.

A Sociedade mantém patrimônio mínimo requerido, em valor superior ao requerimento determinado pelo Bacen, destinado a cobrir os riscos nas operações de Instituição de Pagamento.

28. Resultado não recorrente

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/20, para o semestre findo em 30 de junho de 2024, não ocorreram eventos não recorrentes.

29. Cobertura de seguros

Em 30 de junho de 2024, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 21.188 para danos materiais e R\$ 283 para responsabilidade civil.

30. Eventos subsequentes

Não foram identificados eventos subsequentes para o semestre findo em 30 de junho de 2024.

Alelo Instituição de Pagamento S.A

Esther Dalmas
Diretora

Flávio Augusto Corrêa Basilio
Diretor

Marcos Antônio Ribeiro dos Santos
Contador
CRC 1SP225353/O-0

